CDU 981 "1822"

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira

1. ANTECEDENTES

Aprestam-se na Baía da Guanabara os navios que levarão de volta a Lisboa a Família Real portuguesa. Há dois dias os curiosos se distraem com o vaivém dos barcos e escaleres, transportando para bordo os funcionários, áulicos, cortesãos e suas bagagens. Finalmente, embarca o velho Monarca.

D. João VI recolhe-se à sua câmara e as lembranças afloram em turbilhão. Mais de 13 anos são decorridos desde que do Tejo partira com destino ao Brasil, furtando-se às tropas do General francês Andoche Junot que a marchas forçadas se dirigia a Lisboa. Rememora o tempo decorrido. A precipitação do embarque; a tempestade em pleno Atlântico; a recepção calorosa na Bahia; a abertura dos portos; o prosseguimento da viagem; o entusiasmo e o calor humano na chegada ao Rio de Janeiro; a declaração de guerra à França; a ocupação da Guiana Francesa, com a capitulação de Caiena; a anexação da Província Cisplatina; a fratricida luta de 1817; a liberação do comércio; a criação do Banco do Brasil; a Imprensa Régia; a Biblioteca Real; a Academia de Belas-Artes; a Fábrica de Pólvora; o Horto Botânico. Todas estas obras assinalam sua passagem pelo Brasil.

O amor à terra crescendo com o passar dos anos e exigindo cuidados para preservar o Reino e a Coroa. Está seguro do que fez nesse sentido, com a constituição do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

Bem que desejava permanecer do lado de cá do Atlântico, longe das intrigas e dos angustiantes problemas criados com a Revolução Liberal de 1820. Mas, ali está, prestes a partir. Já percebe a azáfama dos marujos e o som agudo dos apitos.

Tudo começara no Porto. A agitação popular cedo se estendera a Lisboa, visando à implantação de um regime constitucional. O Marechal William Carr, Visconde de Beresford, que em verdade exercia a Regência em Portugal, viera ao Rio de Janeiro, a fim de expor a situação e exigir maiores poderes. Ao regressar, fora impedido de reassumir seu cargo, pela Junta Provisória que se instalara no Governo e convocara as Cortes.

Os acontecimentos tiveram repercussão imediata no Brasil, onde logo irromperam revoltas no Pará (10 dez. 20), na Bahia (10 fev. 21) e no Rio de Janeiro (26 fev. 21).

De há muito vinha protelando o cumprimento das exigências da Junta e procurando uma solução que mais beneficiasse o Reino e a Coroa. Dentro dessa idéia, valendo-se de sua argúcia política, arquitetara duas linhas de ação: 1) permanecer no Brasil, nomeando o filho Regente em Portugal, ou 2) voltar a Lisboa, deixando Pedro na Regência do Brasil. Ambas atendiam o seu propósito de preservar a monarquia dos Braganças, na pessoa de seu filho querido e herdeiro da Coroa.

A segunda linha de ação foi aquela que os fatos lhe impuseram. Pela sua mente perpassam a angústia, a apreensão e a humilhação que sofrera nos últimos dias. Surpreendido pelo movimento que eclodira no Rio de Janeiro recolhera-se a São Cristóvão e mandara D. Pedro ao largo do Rossio (Praça Tiradentes) parlamentar com a tropa revoltada. Diante das exigências não tivera outra alternativa senão retornar o filho com o Decreto extinguindo o absolutismo. Quando chega à cidade para jurar obediência à Constituição e às Cortes assusta-se; o povo cerca sua carruagem, desatrela as parelhas de animais e sai a empurrá-la sob grande entusiasmo.

Correm rápidos os dias tranqüilos de euforia popular. A agitação retorna às ruas. Na escolha dos Deputados à Corte de Lisboa manifestam-se as tendências políticas das várias correntes de opinião. Os ânimos se exaltam. Os eleitores reunidos em assembléia passam a deliberar e exigem que se desfaça sua já anunciada viagem e que seja adotada a Cons-

tituição Espanhola de 1812. São amargas as recordações. Mais uma vez é coagido e tem que obedecer. No dia seguinte, com respaldo da tropa portuguesa da Divisão Auxiliadora que ataca os manifestantes, anula seu ato e se decide finalmente a partir. Deixará o Príncipe como Regente. Lembra-se que lhe dissera: "Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros."

Levanta-se, sai ao convés e se acerca da amurada. Lança um olhar sobre os navios e a cidade. Fora o último a galgar as escadas, de acordo com o Cerimonial Marítimo, e ao ser recebido no portaló encerrara, com sua augusta presença, o embarque da Família Real. Cerca de 4.000 funcionários e fidalgos distribuem-se pela nau e pelas duas fragatas e os nove transportes. Nada mais lhe resta fazer naquele histórico 26 de abril de 1821. Manda partir a esquadra. Suspendem-se os ferros. Enfunam-se as velas. Para trás vai ficando a Fortaleza de Villegaignon. A de Santa Cruz surge pelo través de bombordo. O mar começa a encapelar-se. A nau "D. João VI" deixa a Guanabara e aproa o Atlântico. Em pouco, só o perfil difuso do Pão de Açúcar se desenha na linha do horizonte.

2. REGÊNCIA

D. Pedro vê os navios partirem e se recolhe a São Cristóvão. Naquele mesmo dia começa seu aprendizado como Príncipe Regente, nomeado que fora pelo pai, a 22 de abril de 1821. Mantém o firme propósito de ser leal ao velho monarca e ao povo brasileiro. Não será tarefa fácil. Os liberais querem restaurar o prestígio do Reino português, mas não se apercebem que é impossível uma volta ao passado e insistem em sua cega política de recolonização do Brasil.

A correspondência que D. Pedro mantém com o pai revela sua preocupação constante com a atitude das Câmaras. Em Lisboa como no Rio de Janeiro e nas províncias sente-se a falta de unidade em torno de um pensamento político construtivo.

No Brasil, as correntes liberais e absolutistas contam com adeptos sempre decididos a tirar partido da situação em proveito de suas idéias. A tudo isto se vem somar a presença da tropa portuguesa que se arroga fiadora da posição

do Regente como elemento representativo das Cortes. Tal postura desagrada D. Pedro. Não consegue esquecer que fora coagido a jurar fidelidade a uma Constituição cujas bases haviam sido decretadas pelas Cortes, formalidade julgada dispensável de vez que já havia prestado juramento anteriormente. Não pararam aí as exigências da tropa. Vira-se obrigado a demitir o Conde dos Arcos e nomear um Conselho de Estado para referendar seus atos.

Em Lisboa as sessões das Cortes, tumultuadas e pouco produtivas não propiciavam encontrar uma solução que conviesse aos dois Reinos. Em parte, isto era uma decorrência da inferioridade numérica de nossos representantes (nunca atingiu a 70) obrigados a enfrentar a intransigência da quase totalidade dos 130 deputados portugueses.

O projeto de criação de um Congresso legislativo independente no Brasil ensejou o desmascaramento das intenções, até então disfarçadas, daqueles que almejavam a anulação de todas as prerrogativas que o Reino havia conquistado. Assim, decidiram as Cortes, pela Lei de 24 de abril de 1821, tornar independentes os governos provinciais, proibir que fossem exercidos por brasileiros e subordiná-los diretamente aos Tribunais portugueses. Não satisfeitos, pelos Decretos 124 e 125 aboliram os Tribunais do Rio de Janeiro e determinaram o regresso de D. Pedro à Europa, a fim "de aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha".

Para dar cumprimento a essas decisões parte de Lisboa uma frota de 7 navios, sob o comando do Vice-Almirante Francisco Maximiano de Souza. Tal atitude revela o total desconhecimento da verdadeira situação do Brasil e do estado de espírito de grande faixa da população, particularmente no Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. A intransigência e arbitrariedade manifestadas nos atos das Câmaras só serviam para acirrar os ânimos, convencendo D. Pedro e os brasileiros da inutilidade de preservar a união com Portugal.

Diz João Ribeiro: "Com essas medidas, o Brasil, sem governo geral nem tribunais importantes, guardado por forças portuguesas, retrogradava quase à época do descobrimento. Por toda a parte, pois, se conspirou; as maçonarias, as sociedades secretas e um periódico o *Revérbero,* oculta ou abertamente ousaram pugnar ao menos pela emancipação administrativa do país." (*H. do Brasil* — 19 ed. — O Império — p. 349)

3. O "FICO"

Das Províncias chegam apelos e moções pedindo a permanência do Regente no Brasil. No Rio de Janeiro os acontecimentos se precipitam levando D. Pedro a tomar importante decisão, cujo relato faz a D. João VI, em carta datada de 9 de janeiro de 1822.

"Meu Pai e meu Senhor — Dou parte a Vossa Magestade que no dia de hoje, às dez horas da manhã, recebi uma participação do Senado da Câmara pelo seu Procurador, que as Câmaras nova e velha se achavam reunidas, e me pediram uma audiência. Respondi que ao meio-dia podia vir o Senado, que eu o receberia. Veio o Senado, que me fez uma fala muito respeitosa, de que remeto cópia (junto com o auto da Câmara) a Vossa Magestade, e em suma era que logo que eu desamparasse o Brasil ele se tornaria independente, e ficando eu, ele persistiria unido a Portugal. Eu respondi o seguinte: *Como é para bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao Povo que fico.*"

"O Presidente do Senado assim o fez, e o povo correspondeu com imensos vivas cordialmente dados a Vossa Magestade, a mim, à união do Brasil, a Portugal e à Constituição. Depois de tudo sossegado, da mesma janela em que estive para receber os vivas, disse ao povo: *Agora só tenho a recomendar-vos união e tranqüilidade.* E assim ficou este ato."

* * *

Ouvindo a voz do seu povo e obediente ao que lhe ditava o coração, D. Pedro ao permanecer no Brasil tomara uma atitude decisiva e dera um largo passo no caminho da emancipação, colocando-se frontalmente contra as decisões das Cortes. Sua desobediência formal significava um compromisso tácito com o povo brasileiro e com a sorte da nacionalidade.

Apercebendo-se da clara insubordinação do Regente reapareceu com sua arrogância o Gen. Jorge de Avilêz visitando quartéis, em busca da solidariedade de seus comandados, e incitando a soldadesca, que sai às ruas provocando distúrbios, numa vã tentativa de pressionar o Regente a reconsiderar sua atitude.

D. Pedro não se atemoriza. Chama os Oficiais brasileiros que tinham decidido apoiá-lo e entrega o comando da

tropa aos Generais Oliveira Álvares e Joaquim Xavier Curado, subordinando-os diretamente à Regência. De pronto as unidades brasileiras e os patriotas convocados e armados concentram-se no Campo de Santana.

Avilêz, informado do que estava ocorrendo, determina que os brasileiros se dispersem e recolham as armas aos depósitos. Responde-lhe o Gen. Oliveira Álvares que só recebe ordens do Príncipe. Dirige-se a São Cristóvão a fim de apresentar queixa contra os insubordinados que se negavam a cumprir sua ordem. Recebe-o D. Pedro, reprocha seu comportamento e o destitui do Comando das Armas, nomeando para substituí-lo o Gen. Xavier Curado.

Volta Avilêz aos quartéis e desloca sua tropa para o Morro do Castelo, ocupando posições para bombardear a cidade. Dispostos à luta defrontam-se os contendores. D. Pedro ordena a Avilêz que se renda. Retruca o General português que sua ordem contraria as decisões das Cortes e por isto não pode cumpri-la. Envia D. Pedro um ultimato e ao cair da tarde os homens da Divisão Auxiliar retiram-se, atravessam a Baía da Guanabara e vão aquartelar-se em Niterói. Tudo fez Avilêz para permanecer no Rio de Janeiro. Tenta ocupar a Fortaleza de Santa Cruz. Espera inutilmente ser reforçado. Planeja reunir-se a Madeira de Melo, na Bahia. Afinal, assediado por terra e bloqueado por mar, embarca a 15 de fevereiro.

Livre da presença incomoda da Divisão Auxiliadora e dos 1.200 homens, ao comando do Cel. Antonio Joaquim Rosado, que não deixou desembarcar da frota do V. Alte. Maximiano, D. Pedro convidara José Bonifácio de Andrada e Silva, recém-chegado da Europa, para chefiar o Ministério, ocupando a pasta do Interior e dos Estrangeiros.

Inicia o Patriarca seu trabalho e sua ação política buscando recolocar as Províncias sob a autoridade do Regente e, assim, restabelecer a almejada união nacional. Minas alimentava idéias republicanas; São Paulo estava dividido; Bahia, Maranhão e Pará eram fortes redutos portugueses; Pernambuco ainda não cicatrizara as feridas da Revolução Republicana de 1817. Algumas Províncias não se haviam definido.

Para Minas viaja D. Pedro e no regresso de sua bem sucedida visita recebe, no Rio de Janeiro, o título de Defensor Perpétuo do Brasil, conferido pelo Senado da Câmara. Para a Bahia segue um reforço militar. Simultaneamente José Bonifácio obtém do Regente a convocação de um Conselho

de Procuradores-Gerais das Províncias, a fim de elaborar a "Carta de reformas", e a expedição de um Decreto determinando que as leis portuguesas só teriam validade no Brasil com o "Cumpra-se" do Príncipe Regente.

Disposto a levar a luta às últimas conseqüências, antes que sujeitar-se às imposições das Cortes, D. Pedro decreta o combate a qualquer tropa que tente desembarcar no Brasil, sem prévia autorização. No preâmbulo desse Decreto de 1º de agosto de 1822 diz D. Pedro que lhe tendo sido confiada "a dignidade e poder de Regente... dignidade que as Cortes de Lisboa ousaram despojá-lo, como é notório"; e tendo ele aceito "outrossim o título e encargos de Defensor Perpétuo" do Brasil, cumpria-lhe "tomar todas as medidas indispensáveis à salvação desta máxima parte da Monarquia portuguesa"; como as Cortes continuassem "no mesmo errado sistema e a todas as luzes injusto, de recolonizar o Brasil ainda à força das armas; apesar de ter o mesmo já proclamado sua independência política" com a convocação de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa e considerando que as Cortes pretendiam servir-se de Sua Magestade el-Rei D. João VI "para seus fins sinistros, como prisioneiro naquele Reino, sem vontade própria e sem aquela liberdade de ação que é dada ao Poder Executivo nas monarquias constitucionais manda. "Que sejam reputadas inimigas todas e quaisquer tropas que de Portugal ou de qualquer parte forem mandadas ao Brasil, sem prévio consentimento" e que "se ousarem desembarcar sejam rechaçadas com as armas na mão, por todas as forças militares da primeira e segunda linha e até pelo povo em massa". Mas se apesar de todos os esforços, houver um desembarque "os habitantes que o não puderem impedir se retirem para o centro, levando para as matas e montanhas todos os mantimentos e boiadas, de que elas possam utilizar-se, e as tropas do país lhe façam a guerra dos portos e de guerrilhas, evitando toda a ocasião de combates gerais até que consigam ver-se livres de semelhantes inimigos".

Ainda a 1º de agosto D. Pedro lança o Manifesto aos Brasileiros e cinco dias depois um outro às Nações Amigas. O primeiro, tido como de autoria de Gonçalves Ledo, é considerado por Varnhagen "perfeitamente adaptado às circunstâncias e próprio a produzir no país o maior efeito, como realmente produziu" mas, o segundo, redigido por José Bonifácio, "Era tudo menos um documento diplomático. Pecava por

extenso, e para ser dirigido aos governos estrangeiros, por falta de moderação e conveniência e demasiado fraseado, abusando-se dos epítetos insultuosos" *(História da Independência do Brasil* — 3 ed. p. 128).

Note-se que nos Manifestos, além de ressaltar a situação angustiosa do pai, ainda acenava com a unidade de Nação portuguesa "num só todo político bem organizado", mesmo dizendo no Decreto que o Brasil já havia "proclamado sua independência política".

Graças à situação de José Bonifácio, no Governo; de Gonçalves Ledo na Maçonaria; e de José Clemente Pereira na Presidência do Senado da Câmara e de tantos outros dedicados idealistas o trabalho de união nacional ia aos poucos se consolidando. Pernambuco estava pacificado, Minas também. Mas, na Bahia, a reação aumentava de maneira preocupante, ameaçando transformar-se em perigoso foco de resistência a favor da política das Cortes. A Junta Governativa não dera posse ao Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Melo que, inconformado reagira e dominara a situação. Também em São Paulo o Marechal Cândido Xavier não conseguira a pacificação e a Junta Governativa apelou para o Príncipe, pedindo um governo nos moldes estabelecidos em Minas.

4. O GRITO DO IPIRANGA

Decide-se D. Pedro a ir pessoalmente a São Paulo, partindo a 14 de agosto e entrando solenemente na capital a 25. Dali vai a Santos onde pouco se demora. A 7 de setembro, já retornando a São Paulo, recebe a correspondência trazida da Corte por Paulo Bregaro, Oficial da Secretaria do Supremo Tribunal Militar e Major Antonio Ramos Cordeiro.

O que se passou está registrado em depoimento dos participantes do episódio. O relato do Padre Belchior Pinheiro de Oliveira, confessor e mentor de D. Pedro, apareceu em 1826, em opúsculo de M. J. Rocha. O Cel. Manoel Marcondes de Melo, comandante da Guarda de Honra do Príncipe, deixou dois depoimentos; um prestado ao historiador A. J. de Melo Morais, em 1862; o outro, recolhido por seu genro João Marcondes de Moura Romeiro que o apresentou em 1914, em sua tese defendida no Primeiro Congresso de História Nacional realizado no Rio de Janeiro. Também o Maj. Francisco de Castro Canto e Melo que integrava a comitiva do Regente

como seu Ajudante-de-Ordens, escreveu *Memória sobre a Independência do Brasil* que veio a lume em 1864 e começa com a minuciosa descrição da viagem do Regente pelo vale do Paraíba. Os três depoimentos narram, sem muita discrepância, o momento histórico do Grito do Ipiranga.

Diz o Padre Belchior que o Príncipe o mandou ler em voz alta a correspondência chegada do Rio de Janeiro que consistia numa Instrução das Cortes e de cartas de D. João, da Imperatriz, de José Bonifácio e de Chamberlain. D. Leopoldina pedia ao Esposo que voltasse com a maior brevidade, pois eram críticas as circunstâncias. José Bonifácio apresentava o dilema da volta a Portugal ou da proclamação da Independência. Chamberlain dava notícias de Portugal, dizendo que o partido de D. Miguel estava vitorioso. Finalmente, D. João VI aconselhava ao filho obediência às Cortes. Prossegue o Padre Belchior:

"D. Pedro, tremendo de raiva, arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois virou-se para mim e disse:

— E agora Padre Belchior?!

E eu respondi prontamente:

— Se V. Alteza não se faz Rei do Brasil, será prisioneiro das Cortes e talvez deserdado por elas. Não há outro caminho senão a independência e a separação.

D. Pedro caminhou alguns passos, silenciosamente, acompanhado por mim, Cordeiro, Bregaro, Cartola e outros, em direção aos nossos animais, que se achavam à beira da estrada. De repente estacou-se, já no meio da estrada, dizendo-me:

— Padre Belchior, eles o querem, terão a sua conta. As Cortes me perseguem, chamam-se com desprezo de *rapazinho* e de *brasileiro*. Pois verão agora quanto vale o *rapazinho*. De hoje em diante estão quebradas as nossas relações; nada mais quero do Governo português e proclamo o Brasil para sempre separado de Portugal!

Respondemos imediatamente, com entusiasmo:

— Viva a liberdade! Viva o Brasil separado! Viva D. Pedro!

O Príncipe virou-se para seu ajudante-de-ordens e disse:

— Diga à minha guarda que eu acabo de fazer a independência do Brasil. Estamos separados de Portugal!

O Tenente Canto e Mello cavalgou em direção a uma venda, onde se achavam quase todos os dragões da Guarda e com ela veio ao encontro do Príncipe, dando vivas ao Brasil independente e separado, a D. Pedro e à Religião!

O Príncipe diante de sua guarda disse então:

— Amigos as Cortes portuguesas querem escravizar-nos e perseguem-nos. De hoje em diante nossas relações estão quebradas. Nenhum laço nos une mais!

E arrancando do chapéu o laço azul e branco, decretado pelas Cortes, como símbolo da nação portuguesa, atirou-o ao chão dizendo:

— Laços fora soldados! Viva a independência, a liberdade e a separação do Brasil!

Respondemos com um viva ao Brasil independente e separado e um viva a D. Pedro.

O Príncipe desembainhou a espada, no que foi acompanhado pelos militares; os paisanos tiraram os chapéus. E D. Pedro disse:

— Pelo meu sangue, pela minha honra, pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil.

— Juramos, responderam todos!

D. Pedro embainhou a espada, no que foi imitado pela guarda, pôs-se à frente da comitiva, e voltou-se, ficando em pé nos estribos:

— Brasileiros, a nossa divisa de hoje em diante será "Independência ou Morte!"

Prossegue o Padre Belchior dando notícias das festividades que acolheram o Rei do Brasil, como foi chamado no teatro em São Paulo, onde todos usavam laços com as cores verde e amarela.

* * *

Não difere a descrição que nos deixou o Cel. Marcondes de Melo, Barão de Pindamonhangaba em certo trecho de seu primeiro depoimento:

"... A guarda de honra parou no Ipiranga, à espera do Príncipe que, como já ficou dito, ficou atrás e com quem foram encontrar-se Paulo Bregaro e Cordeiro. Após pouco tempo, chegou o Príncipe no Ipiranga, onde o esperava sua guarda de honra, a quem disse e aos de sua comitiva, que as Cortes portuguesas queriam massacrar o Brasil, pelo que se devia imediatamente declarar a sua independência, e arrancando o tope português que trazia no chapéu, e lançando-o por terra, soltou o brado de Independência ou Morte; — o mesmo fez a sua guarda e comitiva a quem o Príncipe ordenou que trouxessem uma legenda com a inscrição Indepen-

dência ou Morte. Esta cena teve lugar às quatro e meia horas."

* * *

Também o Ajudante-de-Ordens e depois Major Francisco de Castro e Mello rememorou, como já dissemos, decorridos mais de 40 anos, os acontecimentos do dia 7 de setembro e em certo trecho relatando o regresso de Cubatão diz:

"Ao chegar ao alto da colina próxima ao Ipiranga, a três quartos de légua da cidade, encontrou o Príncipe ao Major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os ofícios e cartas, que lhe eram enviadas pela Princesa Real e por José Bonifácio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das intenções das Cortes portuguesas, e comunicando-as aos que o rodeavam, depois de um momento de reflexão bradou: — É tempo!... Independência ou Morte! Estamos separados de Portugal!...

Em ato contínuo, arrancando o laço português que trazia no chapéu, o arrojou para longe de si, e, desembainhando a espada, ele e os mais presentes, prestaram o juramento de honra que para sempre os ligava à realização da idéia grandiosa da liberdade.

Nesse tempo, vinham ainda a alguma distância alguns companheiros de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, anunciando-lhes a resolução tomada naquele momento. O que foi feito e aclamando todos — Independência ou Morte — dirigiram-se à capital com a maior velocidade."

* * *

Mais rapidamente, ainda, espalhou-se a nova do que ocorrera às margens do riacho Ipiranga. Assim, ao entrar em São Paulo, já o povo ao longo do trajeto aclamava D. Pedro e à noite, no Teatro, sob vibrantes aplausos ovacionava-o com vivas ao "primeiro Rei brasileiro".

Apressa-se o Príncipe em voltar à Corte. Recomenda, em proclamação aos paulistas, a união de todos diante da possibilidade de enfrentar uma guerra e lembra a divisa do Brasil: "Independência ou Morte". Em cinco dias chega ao Rio de Janeiro e na mesma noite de 14 vai à Maçonaria e na seguinte ao Teatro São João, onde, ao lado de D. Leopoldina recebe as manifestações de carinho e os entusiásticos aplausos do povo.

Só restava a aclamação oficial. Comenta Varnhagen:

"Temos hoje a certeza de que a idéia e resolução primeira da proclamação de D. Pedro como Imperador, e até a designação para ela do dia 12 de outubro foi obra exclusiva da maçonaria, e que José Bonifácio não pensava em tal. Conformou-se, entretanto, com a vontade geral, propôs em Conselho de Estado, no dia 11, a fórmula da resposta que devia dar o Imperador no dia seguinte, e, como leal e sincero monarquista, alguns meses depois reconhecia vantagens em ter-se feito a aclamação, para que a autoridade suprema estivesse livre de correr risco nas discussões e deliberações da Constituinte (*História da Independência* — 3 ed. p. 140-141).

Na preparação do Ato de Aclamação do Imperador surgiu séria divergência de opiniões quanto à exigência do juramento prévio da Constituição a ser elaborada pela Assembléia Constituinte, propiciando o rompimento de José Bonifácio com Gonçalves Ledo. Vale recordar como essa crise encontra suas raizes nas correntes de idéias existentes na Maçonaria.

Criado o Grande Oriente, a 2 de junho de 1822, cinco dias depois foi fundado o Apostolado ou Nobre Ordem dos Cavaleiros de Santa Cruz, sociedade secreta cuja presidência foi entregue a D. Pedro que recebeu o título de Arconte Rei. Na Maçonaria ingressaria também, mais tarde, a 14 de setembro, como vimos.

No Grande Oriente duas correntes se esboçavam. Uma, liderada por Gonçalves Ledo, e a outra, por José Bonifácio, ambas desejando atrair o Príncipe, o que facilitou sobremodo sua rápida iniciação a ascensão.

Graças às manobras de Ledo foi D. Pedro elevado ao grau de Mestre e, por fim, eleito Grão-Mestre substituindo José Bonifácio que surpreendido desceu a Grão-Mestre adjunto. A partir daí afastou-se do Grande Oriente e tratou de fortalecer o Apostolado.

Apreciando o episódio Sérgio Corrêa da Costa comenta: "O certo é que as duas sociedades, fundadas quase simultâneamente, representam as duas alas da Maçonaria brasileira. O agrupamento de Ledo, preponderante no Grande Oriente, era de tendências liberais, quase republicanas. O de José Bonifácio, onipotente no Apostolado, era de tendências conservadores e eminentemente monarquistas." (*As 4 Coroas de D. Pedro I* — 4 ed. p. 4).

Evidentemente o conflito era inevitável e logo ocorreu. O motivo aparente, como assinalamos, foi a exigência do ju-

ramento prévio da Constituição. Prevaleceu o ponto de vista do Ministro José Bonifácio contrário ao juramento. Acabaria D. Pedro por proibir a realização das sessões da Maçonaria e o funcionamento do Apostolado.

A Aclamação, a 12 de outubro, teve lugar no Campo de Santana (que passou a chamar-se da Aclamação) com discursos e desfile das tropas, seguido de Te-Deum e Beija-mão.

Fechada a Maçonaria, presos ou deportados seus membros mais influentes e afastados os partidários das idéias republicanas, a 1º de dezembro, aniversário da Aclamação de D. João IV, realizaram-se as cerimônias de Coroação e Sagração do Primeiro Imperador do Brasil.

Na opinião quase unânime dos mais destacados historiadores brasileiros, José Bonifácio desempenhou papel da maior importância no processo de nossa Independência. Pandiá Calogeras julqa "No Gabinete de 16 de janeiro de 1822, foi incontestavelmente a figura principal. Nas ocorrências subseqüentes, revelou ser um organizador, o chefe, o estadista. Não fora sua a primeira idéia, mas foi seu destino ser o fundador, o cérebro das instituições sonhadas sentimentalmente e propugnadas pelos maçons do Rio, sustentadas pelo regente e por partidários das províncias vizinhas. (*Formação Histórica do Brasil* — 5 ed. — p. 116).

5. GUERRA DA INDEPENDÊNCIA

Uma das preocupações de José Bonifácio no campo militar foi a organização das forças de terra e mar. Mandando adquirir armas e navios, contratar mercenários, engajar milicianos e recrutar oficiais brasileiros.

Terminada a Coroação chegava o momento de cuidar da guerra: Independência ou Morte. Sim; morte, sacrifício e privações para milhares de brasileiros e portugueses em luta no litoral e nos sertões.

Para a Bahia, conduzindo o Gen. Labatut, segue a esquadrilha do Chefe-de-Divisão Rodrigo Antonio de Lamare. Juntam-se a essas tropas, desembarcadas em Alagoas, as que vinham de Pernambuco comandadas pelo Maj. José de Barros Falcão e avançam para o Recôncavo a fim de incorporarem os patriotas baianos.

Madeira de Melo sentindo-se cercado por terra na capital tenta abrir uma brecha no dispositivo inimigo atacando Cabri-

to e caminhando para o interior. Avança até Pirajá. Aí é detido. Retira-se, batido. Inutilmente procura recuperar a ilha de Itaparica defendida pelo Maj. Antônio de Souza Lima e pelo intrépido Cap. Ten. João Francisco de Oliveira Botas, da Marinha Imperial.

Não obstante estas duas importantes vitórias das armas brasileiras, a luta não arrefeceu. Os contendores recebem reforços. O Cel. José Joaquim de Lima e Silva que substituíra Labatut aperta o cerco da capital enquanto o Alte. Alexander Thomas Cochrane estabelece o bloqueio do porto.

José Honório Rodrigues no seu abalizado estudo "As Forças Armadas", depois de consultar Melo Moraes, Varnhagen e Rio Branco dá-nos um quadro dos vultosos efetivos dos beligerantes. "Estavam assim dispostas frente a frente as duas forças no seu poderio máximo, em maio de 1823. Eram 12 a 14 mil homens do lado brasileiro, contra 10 a 12 mil do lado português. 22 a 26 mil homens em pé de guerra". "A esquadra portuguesa era numerosa, compondo-se de 1 nau, 2 fragatas, 1 churrua, 8 corvetas, 2 brigues e 1 sumaca, montando 438 canhões. A esquadra de Cochrane, de 9 navios com mais de 2.000 praças." (*Independência: Revolução e Contra-Revolução* — Liv. F. Alves — 1975, p. 218).

A guerra se prolongou até 2 de julho, quando Madeira de Melo embarcou de regresso a Lisboa.

* * *

Enquanto se travava a luta no Recôncavo, nos sertões do Piauí, o Sargento-Mor João José da Cunha Fidié empreendia audaciosa marcha de Oeiras a São João da Parnaíba onde o intrépido Simplício Dias da Silva proclamara a Independência, a 19 de outubro, no Paço da Câmara.

Dois meses decorridos chega Fidié e restabelece a situação, exigindo do Senado da Câmara a renovação do juramento de fidelidade a Portugal. Contou, para auxiliá-lo nessa ação, com a presença do brigue "Infante Dom Miguel" que dias antes aportara a Santa Rosa (Luis Corrêa), enviado pela Junta do Maranhão.

Os Chefes da Revolução, desamparados e sem meios para opor qualquer resistência, abandonam Parnaíba e se refugiam na Serra do Ibiapaba. Mesmo assim, o movimento se alastra e eclode em Marvão (Castelo do Piauí) e Crateús. Na Capital, Oeiras, a 23 de janeiro de 1823, é proclamada a Inde-

pendência e o Brig. Manoel de Souza Martins assume a Presidência.

A presença de Fidié, o reduzido efetivo militar e a preocupação com a junta do Maranhão exigiam decisões rápidas da Junta de Governo presidida pelo Brigadeiro. Alguns poucos reforços chegam do Ceará, mas a situação é muito crítica. De fato, o Sargento-Mor informado do que ocorria marcha sobre Oeiras com seus 1.100 homens e 11 peças de Artilharia. Era preciso detê-lo.

Em Campo Maior os soldados dos Capitães Rodrigues Chaves, Alecrim, Nereu e outros não somam mais de 500 homens, apoiados por cerca de 2.000 patriotas. O encontro com os portugueses se dá às margens do rio Jenipapo. Trava-se sangrento combate: em 4 horas de luta perdem os patriotas duas centenas de mortos e feridos, além de 542 prisioneiros, enquanto o inimigo sofre apenas 80 baixas. Cerca das 14 horas começa a debandada e os patriotas abandonam o campo da luta. Mas os cearenses, em sua retirada, assaltam e pilham os trens de guerra de Fidié que assim, embora vencedor, se vê obrigado a desistir de seus planos ofensivos. Transpõe o Parnaíba e no seu encalço seguem os nossos. Interna-se no Maranhão onde vai organizar a defesa de Caxias.

Aos poucos se reagrupam as tropas dos patriotas do Piauí, Maranhão e Ceará e se aproximam de Caxias que vão cercando gradativamente. A 1º de julho completam o isolamento da vila. Fidié tenta romper o sítio das tropas já agora contendores lutam bravamente durante 3 dias. Fidié sentindo a inutilidade de seus esforços exonera-se do comando a 27 de julho e três dias depois Caxias se rende incondicionalmente.

O Piauí está independente. No Maranhão apenas a Capital e Alcântara ainda resistem. Eis que diante de São Luís surge no dia 26 Lord Cochrane na nau "Pedro I", arvorando o pavilhão português. Com esse estratagema atrai e aprisiona os comandantes dos dois navios que defendiam a cidade, os quais são imediatamente substituídos. Ao entardecer, as naves entram no porto e ao amanhecer do dia seguinte o Forte de Santo Antônio é tomado de surpresa. Só então, a Fortaleza e os três vasos de guerra hasteiam a bandeira brasileira. A adesão foi total. A 28 é solenemente proclamada a Independência do Maranhão.

Demora-se o Alte. Cochrane alguns dias em São Luís mas envia a Belém o brigue "Maranhão", ao comando de John Pascoe Grenfell.

No Pará, as duas tentativas de Proclamação da Independência, a 13 de abril, na Capital, e 28 de maio, em Muaná, foram dominadas pela força e os partidários da independência, enviados presos à Lisboa, onde morreram quase todos.

As notícias da proclamação da Independência no Ceará, Piauí e Maranhão trouxeram novo ânimo aos patriotas.

Chegando a Belém, Grenfell emprega o mesmo estratagema que fora usado em São Luís. Diz-se elemento avançado de uma esquadra que atacará a cidade, caso a Junta não se submeta imediatamente. A presença do brigue "Maranhão" e a intimação de Grenfell foram suficientes para que a Junta, o Senado da Câmara e o Governador das Armas e outras autoridades reunidas em Conselho decidissem aderir, aclamando D. Pedro e proclamando a Independência.

As dissenções internas continuaram, exigindo a intervenção do Grenfell cujo epílogo é a tragédia dos 252 prisioneiros mortos por asfixia nos porões do brigue "Palhaço".

Também na Cisplatina a guerra caminhava para um desfecho favorável. O cerco de Montevidéu estabelecido por Lecor, em janeiro de 1823, veio a completar-se em outubro com a chegada da Divisão Naval Brasileira bloqueando o Rio da Prata. Sentindo a inutilidade de sua resistência e vendo esgotarem-se seus meios D. Álvaro da Costa, em novembro, concorda em retirar-se para Lisboa.

Com a rendição do último baluarte português chegava ao fim a Guerra da Independência.

5. CONCLUSÕES

Expostos assim, de maneira cronológica, os acontecimentos que nos levaram ao Grito do Ipiranga, tentaremos agora identificar as causas remotas e imediatas ligadas à nossa emancipação política.

Na raiz de nossa Independência está a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil.

Quando Junot forçou as fronteiras de Portugal não provocou a fuga desabalada da Família Real. Muito embora a

pressa do embarque pudesse deixar uma falsa impressão, favorecendo múltiplas versões e interpretações conseqüentes do episódio, tudo fora friamente planejado e calculado.

Os estadistas portugueses tinham de há muito considerado a hipótese, embora remota, da transferência da sede do Governo para outras terras pertencentes à Coroa. Já se haviam esboçado anteriormente situações em que a solução aventada fora essa. Assim acontecera ao tempo da união com a Espanha, quando Dom Antônio, Prior do Grato, fora aconselhado a criar uma nação na América; depois, com D. João IV, ressurgiu a idéia, admitindo-se que houvesse um insucesso na Restauração; finalmente, ao tempo do Marquês de Pombal, retomaram-se os estudos desses planos, considerando-se a possibilidade de trazer D. José I para o Rio de Janeiro ou para a Amazônia.

As razões determinantes do reestudo da hipótese de transferência do governo da Europa para a América encontram-se na instabilidade da Monarquia, diante da pressão das armas e das idéias em voga, assim como no agravamento da situação econômica em conseqüência do esgotamento das importações de bens e riquezas para sustento do erário público.

A permanência em Portugal seria a derrota, a submissão e a humilhação frente ao inimigo aguerrido, ao passo que um recuo estratégico de grande profundidade significava a possibilidade de continuar a luta. Não se pode obscurecer o pensamento, dominante na ocasião, de salvar a Rainha e o Regente, preservando a Coroa. Por outro lado, é evidente que tão radical postura acabaria por trazer profundas e sérias repercussões na própria estrutura do governo.

D. João, ao abraçar a idéia da mudança, já agasalhava também o desejo de aqui fundar um novo Império. Essa intenção revela-se claramente no Manifesto de 1º de maio de 1808, quando afirma ... "A Corte de Portugal levantará a sua voz do seio do novo Império que vai fundar". E, para tanto, trouxera toda uma estrutura administrativa, inclusive pessoal capacitado.

Durante o tempo que aqui permaneceu nunca deixou de trabalhar para conseguir seu desiderato. E a prova disto é que no momento azado assina a Carta de Lei de 6 de dezembro de 1815: — "Dom João por graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além mar, em África de Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da

Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que tendo constantemente em meu real ânimo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a Providência Divina confiou ao meu soberano regime; e dando ao mesmo tempo a importância devida à vastidão e localidade de meus domínios na América, à cópia e variedade de riquezas que eles em si contêm; e outrossim reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassalos em geral, uma perfeita união entre os meus reinos... me apraz ordenar... que o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil. Que meus Reinos de Portugal, Algarves e do Brasil formem d'ora em diante um só único Reino debaixo do título de Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves".

A partir daquele ato memorável Dom João elevava o Brasil à mesma estatura política de Portugal. Sábia e corajosa fora sua decisão. Com sua perspicácia política estava unindo os três Reinos "num só e único Reino", cuja Coroa lhe caberia com o falecimento de D. Maria I, um ano mais tarde.

Interessava preservar a união já que Portugal ainda se ressentia das três invasões conduzidas por Junot (1808), Soult (1809) e Massena (1810). Para enfrentá-las abrira seu território às tropas de seu aliados e vira seu solo talado pela guerra, seu filhos separados pelas paixões partidárias, sua política tutelada pelos estrangeiros, suas finanças abaladas e seu governante, do outro lado do Atlântico.

Mas no momento em que elevou o Brasil "à dignidade, preeminência e denominação de Reino" D. João apontou-nos o caminho que acabaria por levar-nos à emancipação política e, mais tarde, à separação. Por isto não estamos longe de concordar com Oliveira Martins quando em sua *História de Portugal* diz com toda a convicção: "Quem separou o Brasil foi D. João VI".

Ao transferir-se para o Brasil, ao abrir seu portos ao comércio e, principalmente, ao elevá-lo à dignidade de Reino, com todos os privilégios correlatos, D. João VI foi o arquiteto dos atos que viriam a se constituir nas causas remotas de nossa emancipação política.

Tudo o mais vai ao sabor dos acontecimentos, causas imediatas do movimento da Independência. Tais episódios eram previsíveis e a argúcia do "Rei velho" permitiu-lhe vislumbrar o que estava por acontecer. Tanto assim que acon-

selhara ao filho, em carta de 31 de março de 1822... "regularás a tua conduta conforme as circunstâncias em que te achares regulando tudo com toda prudência e cautela... (*As 4 coroas de D. Pedro* — Sérgio Corrêa da Costa — pág. 21).

A atitude radical das Cortes, o espírito nacional exacerbado pelas questiúnculas provincianas, o receio de perder as regalias conquistadas durante 14 anos precipitaram a luta pela Independência que começaria com o Grito do Ipiranga.

O "Fico" foi o ponto de partida e a causa maior para a emulação das reivindicações nacionais. É fora de dúvida que uma atitude mais conciliatória das Cortes, tanto em relação ao Rei, em Portugal, quanto ao Regente, no Brasil, teria prolongado a existência do Reino-Unido. A radicalização conduziu a uma solução inesperada. Tivessem as Cortes aceito a Assembléia Constituinte convocada pelo Regente teria havido a emancipação, mas sem a separação. Antonio Carlos confessa: "Quando me achei no Rio de Janeiro ninguém ainda pensava em independência ou em legislatura separadas. Foi mister toda a cegueira e precipitação e despejado anúncio de planos de escravização para acordar do sono de boa-fé o amadornado Brasil e fazê-lo encarar a independência como o único antídoto contra a violência portuguesa". (Ribeiro João *H. do Brasil: O Império.* 19 ed. — p. 349).

D. Pedro desde 1º de agosto decidira enfrentar as Cortes de Lisboa opondo-se à sua tentativa de recolonizar o Brasil, "apezar (dizia) de ter o mesmo já proclamado sua independência política", convocando uma Assembléia Nacional Constituinte.

Chega-se assim ao 7 de setembro. "Só a sua presença entre inimigos e amigos pode salvá-lo (o Brasil) da ruína", dizia a D. Pedro "sua amante esposa Leopoldina", enquanto José Bonifácio apontava os caminhos que se abriam à sua frente: regressar a Portugal ou proclamar a independência, isto é, no dizer do Andrada, entregar-se prisioneiro ou tornar-se Imperador ou Rei.

O Grito do Ipiranga assinala a nossa Independência e a deflagração da luta pela sua consolidação. Como bem observa Afrânio Peixoto: "No Sul a Independência foi 'Te-Deum', beija-mão, aplauso, luminária, flores, fitas e proclamações. No Norte sítio e trincheira, fome e peste, sangue e morticínio..."

A Guerra da Independência levada a cabo em fortes bolsões de resistência na Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Província Cisplatina foi cruenta e demorada. Engajada algumas vezes com todos os tipos de armas, desde as mais primitivas, e em muitos casos por conta e risco dos próprios patriotas. Na Bahia caracterizou-se pelos elevados efetivos em presença e pelo caráter nacional que assumiu. No Piauí, pelo sangue derramado em Jenipapo e pelo heroísmo e determinação dos patriotas que prosseguiram lutando, mesmo depois da derrota e do abandono em que se encontravam. No Maranhão o sítio prolongado e desgastante de Caxias teve caráter regional, unindo piauienses, maranhenses e cearenses em torno do mesmo ideal alcançado de libertar o Maranhão. São Luís e Alcântara renderam-se sem luta. No Pará centenas de patriotas pereceram sem saborear o fruto de seu idealismo. Na Cisplatina a vitória foi efêmera.

O sentimento nacional nasceu nos Guararapes, na luta de brancos, pretos e índios contra os holandeses. Mas foi na Proclamação de nossa Independência, nas lutas e paixões desencadeadas que esse sentimento pátrio se alicerçou e, graças à solução monárquica, permitiu assegurar a união de todos os brasileiros.

Nossa homenagem à visão de D. João VI, ao desprendimento de D. Pedro I, ao patriotismo dos Regentes e à moderação de D. Pedro II que souberam preservar nossa Unidade e transformar o achado de 1500 numa Nação grande e livre.